

A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO HIGIÊNICO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PARAHYBA DO NORTE (1849-1884)

*Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano*¹

As experiências educativas vivenciadas no Brasil do século XIX foram construídas por processos informais e formais, institucionalizados e não institucionalizados, trazendo a tona uma variedade de práticas, sujeitos, espaços, que, ao serem descortinados, tem proporcionado uma reconfiguração na historiografia educacional brasileira. Esse crescimento nos estudos e pesquisas² nos mostra uma temporalidade rica, complexa, heterogênea, diferente do que era apontado nos manuais de História da Educação, em que a instrução oitocentista era representada pela ótica do vazio, numa escrita que deixava a margem ou desconsiderava a diversidade de saberes e práticas cotidianas vivenciadas nesse processo³. Nesse percurso, objetivamos identificar a presença de alguns preceitos médicos na configuração do padrão moderno de escola, discutindo algumas orientações de cunho higienista presentes no cotidiano da instrução pública na província da Parahyba do Norte.

Pensamos o cotidiano como uma instância temporal, como um espaço de estrutura e ação, para melhor compreendermos o que compõe aquele presente. Para Guarinello, “talvez seja possível superar a falsa dicotomia entre cotidiano e história se pensarmos cotidiano não como tipos específicos de ação ou como uma dimensão particular, individualizada, das interações humanas, mas como tempo plenamente histórico”⁴. Entendido assim, o cotidiano pode ser visto como o espaço de realização da história, na esfera privada ou pública, na permanência ou na mudança, na banalidade ou na importância.

O ponto de partida para a nossa discussão é o ano de 1849, momento em que identificamos alguns preceitos médico-higienistas presentes na legislação sobre instrução na província da Parahyba, como consta no Regulamento⁵ de 20 de janeiro do mesmo ano. Encerramos as nossas discussões no ano de 1884, período em o Brasil concorreria a Exposição Internacional de Higiene e Educação, realizada em

¹ Doutoranda em Educação, na linha de pesquisa em História da Educação, pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista Reuni. Orientanda do prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Integrante dos Grupos de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO (PPGH/PPGE-UFPB/ Diretório CNPq) e Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (PPGH-UFPB/ Diretório CNPq). E-Mail: <nayanamariano@hotmail.com>.

² Uma dessas iniciativas, na Paraíba, é a do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) coordenado pela Prof^a Dra. Cláudia Engler Cury.

³ GONDRA, José G. & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

⁴ GUARINELLO, “História científica, história contemporânea e história cotidiana”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 24, n. 48, jul./ dez. 2004, p. 24-25.

⁵ PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira & CURY, Cláudia Engler (orgs.). *Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília: SBHE; INEP/MEC (Coleção de Documentos da Educação Brasileira).

Londres. Nessa época, o diretor da Instrução Pública, o médico e professor Eugênio Toscano de Brito, recebe ofício do presidente da província, Ayres do Nascimento, solicitando o envio de material para a referida exposição em cumprimento ao Aviso Circular do Ministério do Império.

A maior parte do *corpus* documental sobre o século XIX é de origem legal, portanto, devemos ficar atentos para a dinamicidade da legislação, pois as normas não existem isoladamente, há todo um em torno que deve ser levado em consideração, são práticas, representações, articulações, apropriações, que mostram, por exemplo, que “a burla e o cumprimento da lei não se distinguem”.⁶ Nesse texto, dialogamos com algumas leis e regulamentos sobre a instrução, relatórios de diretores da instrução pública e de presidentes de província, e jornais do XIX que abordam a temática na Parahyba do Norte.

Medicina e Educação Escolar

No Brasil, as primeiras Escolas Médico-Cirúrgicas foram criadas em 1808 para formar cirurgiões, visto que os “físicos”, que estavam aptos à clínica médica, eram diplomados em Coimbra. Essas escolas, posteriormente, foram transformadas em Academias Médico-Cirúrgicas, o que lhes proporcionou uma maior institucionalização. Em 1829, foi criada a Sociedade de Medicina, que tinha como objetivo estruturar uma reforma no ensino médico, a agremiação transformou as Academias Médico-Cirúrgicas em Faculdades de Medicina e estas, estavam aptas a conceder o título de doutor⁷. Com a criação das primeiras Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro em 1832, o Estado imperial reconheceu formalmente a importância do saber médico institucionalizado para a propagação dos seus saberes e práticas⁸.

Até então, a atividade era desenvolvida especialmente pelos chamados práticos, isto é, os que não passavam por uma formação acadêmica. Era uma época de quase inexistência de médicos formados, como nos chama a atenção Schwarcz: “em 1789, por exemplo, o vice-rei Luiz de Vasconcelos queixava-se à Metrópole da existência de apenas quatro médicos em toda a colônia”⁹, e a medicina era exercida basicamente por pessoas que tradicionalmente aprendiam as chamadas “artes” de

⁶ FARIA FILHO, Luciano M. de. “A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação”. In: _____ (org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 117.

⁷ Para maiores esclarecimentos, ver: SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1991.

⁸ Lembremos que no período regencial (1831-1840), de acordo com Basile, várias mudanças institucionais estavam acontecendo e estas foram fundamentais no processo de construção da nação brasileira. Diferente do que era apresentado, o período das regências não se reduz a uma mera transição ou fase anárquica, é um momento de intensa discussão, de variados projetos e da participação de diferentes camadas sociais e de diversos atores políticos. BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 193.

curar, eram especialmente mestiços, analfabetos, pessoas que não possuíam uma posição de prestígio social.

Havia uma diversidade de práticas estruturadas a partir da percepção do curador, de quem buscava a cura, das representações da doença, da vida ou da morte. Eram parteiras, cirurgiões barbeiros, sangradores, raizeiros, curandeiros, boticários, benzedeadas e uma infinidade de atividades consideradas manuais ou mecânicas¹⁰. Até 1872 os práticos tinham suas atividades fiscalizadas por cirurgiões-mores diplomados em Coimbra e, após esse período, o Proto-Medicato era responsável por “policiar o exercício de qualquer atividade ligada à cura, além de habilitar com ‘cartas de autorização’ todos aqueles que quisessem praticar tal ‘arte’”¹¹. Apesar da fiscalização, a grande maioria dos práticos não tinha autorização para o exercício da atividade, mas continuava oferecendo seus serviços e a “impossibilidade financeira da população, a inexistência de médicos e o receio de experimentar o novo”¹² os mantinha em atividade.

Nesse contexto, os médicos, agora formados nas referidas faculdades, passaram a reivindicar o monopólio dos saberes sobre a doença e a cura. A articulação entre Estado e medicina proporcionou um maior controle social e esta passou a ampliar cada vez mais a sua atuação, antes no âmbito dos indivíduos e das famílias, para a normatização de espaços sociais cada vez mais alargados. É nesse processo que a Ciência Médica passa a atuar em diferentes áreas como: a cidade, a população, a instrução, as crianças, a geografia etc. Assim, espaços públicos e privados, bem como, diferentes agentes da sociedade passaram a ser descritos com atrasados, insalubres, doentes, o que demandava uma intervenção médica e, o campo da medicina que se preocupava com as respostas para os problemas sociais, era a Higiene.

Sob o predomínio da teoria dos miasmas, muitos médicos acreditavam que determinadas condições ambientais proporcionavam o desenvolvimento de doenças. Miasmas ou vapores invisíveis presentes no ar, eliminados pela matéria orgânica em decomposição, provocavam epidemias, para os adeptos dessa concepção. A discussão ganha espaço com os que validavam a teoria do contágio, que poderia ocorrer de forma direta, a partir do contato com o doente, ou de forma indireta, através do ar, roupas e outros objetos, o que resultou em uma variedade de medidas profiláticas. Logo, a intervenção sobre as doenças pedia uma ação preventiva e coletiva e, o saber médico, defendendo uma “missão higienista” e falando em nome do progresso e da civilidade¹³, passou a organizar propostas de

¹⁰ ALMEIDA, Carla B. S. de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

¹¹ SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, p. 192.

¹² FIGUEIREDO, Betânia G. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 233.

¹³ Na França, o termo era usado no século XVIII para identificar o comportamento da nobreza e da ascendente burguesia. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Além disso, o termo civilização também passou a significar o grau de desenvolvimento científico, econômico, tecnológico da humanidade. Essa discussão também está presente em: ABREU, Martha. “Civilização”. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. REVEL, Jacques. “Os usos das civilidades”. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

conformação da sociedade. A Ciência Médica apresentou-se, nesse processo, como um caminho no almejado “projeto civilizatório”, tendo como meta proporcionar à nação a construção de uma civilização sadia.

Com o olhar cada vez mais voltado para os problemas da ordem social, penetrando cada vez mais na sociedade, no meio urbano, dialogando com outros saberes como a estatística, a demografia, o saber e a prática médica não esqueceram da educação escolar. De acordo com Gondra¹⁴, um projeto de educação escolar foi estruturado no campo da racionalidade médico-higiênica. Partindo das teses defendidas pelos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas apoiado em uma farta pesquisa bibliográfica e documental, o autor demonstra que as teses médicas também preocupavam-se em educar e civilizar a população a partir da “ciência integral”, da Higiene. Baseado nela, “a localização física, a arquitetura, as rotinas escolares, as vestimentas, a alimentação, o recreio, o sono, os banhos e os princípios morais deveriam ser cultivados nos colégios”¹⁵. O autor identifica, a partir de um levantamento das teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 16 trabalhos específicos sobre educação:

LISTA NOMINAL DAS TESES MÉDICAS SOBRE EDUCAÇÃO

TÍTULO/ ANO	AUTOR
Algumas considerações sobre a educaçam physica (1845)	Manoel P. S. Ubatuba
Generalidades a cerca da educação physica dos meninos (1846)	Joaquim Pedro de Mello
Influncia da educação physica no homem (1852)	Antonio Francisco Gomes
Influncia da educação physica do homem (1853)	Antonio N. G. Portugal
Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios (1854)	Balbino Candido da Cunha
Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos... (1855)	José Bonifacio C. de Andrada Junior
Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...	Joaquim José de Oliveira Mafra
Esboço de uma hygiene dos collegios... (1857)	Joaquim Francisco de Paula Souza
Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...	Candido Teixeira de Azeredo Coutinho
Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...	José de Souza Pereira da Cruz Junior
Dissertação sobre a hygiene dos collegios... (1858)	Antenor A. R. Guimarães
Dissertação sobre a utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes... (1863)	Wihelm Naegeli
Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde (1874)	Amaro Ferreira das Neves Armonde
Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde (1875)	João da Matta Machado
Hygiene escolar (1888)	Carlos R. de Vasconcellos
Educação physica (1892)	Severino de Sá Brito

Fonte: GONDRA, *Artes de civilizar...*, p. 134.

¹⁴ GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

¹⁵ GONDRA, *Artes de civilizar...*, p. 108.

Tendo como referência o modelo médico-higiênico francês¹⁶, alguns médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro passaram a prescrever regras para o bom funcionamento da educação escolar, isto é, para a edificação de sujeitos fisicamente, moralmente e intelectualmente sadios. Para Gondra, a preocupação inicial no projeto médico-higiênico diz respeito à localização e edificação de prédios escolares, a busca por um ambiente arejado, enxuto, elevado, iluminado, salubre, deveria ser levado em consideração no momento da escolha dos lugares para tal construção; em seguida, o vestuário e a higiene pessoal são temas abordados, os banhos, a higiene bucal, o tipo de roupa e tecido, o uso de cosméticos, eram preocupações presentes. O terceiro item apontado pelo autor é com relação à alimentação dos alunos, as discussões giravam em torno da quantidade, qualidade e variedade de alimentos, bem como, de lugares apropriados para o seu preparo; o quarto ponto faz referência a importância dos exercícios para o corpo, e, nesse momento, a ginástica ganha um espaço de destaque nas teses médicas; posteriormente, o bom funcionamento do organismo é evidenciado, a transpiração, a excreção corporal, por exemplo, são temas tratados; por fim, a educação moral e intelectual é discutida nas teses, com o intuito de “moldar os sentidos”, a partir da educação literária, religiosa e moral¹⁷.

Logo, com a denominação 1- *Circumfusa*, 2- *Applicata*, 3- *Ingesta*, 4- *Gesta*, 5- *Excrecta* e 6- *Percepta*, a Higiene, essa “ciência integral”, passou a fornecer um resumo das regras que deveriam ser aplicadas para remodelar a educação, na busca da construção de sujeitos civilizados. Formar as novas gerações passou a ser tarefa fundamental no amplo projeto de construção e consolidação da nova nação. A medicina, cotidianamente, a partir de práticas variadas, se colocou como responsável pela orientação e configuração da nação, em nome da ciência e da razão a ordem médica foi identificando, diagnosticando, prescrevendo e controlando o meio social, almejando progresso social e científico. Intervenções civilizatórias foram sendo estruturadas, num amplo projeto de higienização social e, a educação escolar, foi colocada como um dos alicerces desse projeto de cunho regenerador. Essa nova configuração que se estruturava, objetivava a regeneração física, intelectual e moral das novas gerações por meio da racionalidade higiênica.

Higiene e Educação na Parahyba do Norte

Na *era das cadeiras isoladas*¹⁸, na província da Parahyba do Norte, identificamos¹⁹ algumas preocupações de cunho médico-higienista, como constam no Regulamento de 20 de janeiro de 1849:

¹⁶ Uma dessas bases é o tratado de higiene privada e pública do médico e professor parisiense Alfred Becquerel.

¹⁷ GONDRA, *Artes de civilizar...*, p. 161-221.

¹⁸ PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

¹⁹ Essas questões também são discutidas por: CURY, Cláudia Engler. “Métodos de ensino e formas de controle sobre o cotidiano escolar na instrução pública da Parahyba do Norte (1835-1864)”. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso & MACHADO, Charliton José dos Santos (orgs.). *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. São Paulo: Autores Associados, 2006. BARRETO, Aparecida de Lourdes Paes. “Higienismo e educação na Paraíba”. In: CARDOSO, Carlos Augusto de A. & KULESZA, Wojciech A. (orgs.). *A escola e a igreja nas ruas da cidade*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2010.

Art. 1º- Todo professor deverá procurar para a sua aula casa sadia, com sala grande, bem clara, e arejada, e em tudo apropriada ao estabelecimento de uma escola; o que será verificado pelo inspetor respectivo.

Art. 6º- A escola será varrida todos os dias, as janelas se conservarão abertas no intervalo das lições.²⁰

Inicialmente, a preocupação é com a escolha de um ambiente sadio, iluminado, arejado, espaçoso, para que as aulas se desenvolvessem, já que funcionavam, na maioria das vezes, nas casas dos próprios professores, que recebiam uma ajuda para o pagamento do aluguel. Para Pinheiro, “as casas escolares apresentavam tantos problemas, que os gestores da instrução pública frequentemente reinteravam a necessidade de mudanças na precária situação das escolas públicas”²¹. Tal prática, herdada do período colonial, se manteve durante o século XIX, bem como, as discussões sobre a necessidade de espaços específicos para essa atividade, como observamos no Relatório apresentado pelo diretor da Instrução Pública Manrique Victor de Lima, em 3 de abril de 1854:

[...] a esse desarranjo se accrescentamos a insuficiencia das choupanas, em alguns lugares verdadeiras possilgas, desculpe-me V. Exc. o termo, em que se achão estabelecidas as escolas, he força convir que n’esta provincia não se ha desenvolvido pela instrucção e educação da mocidade aquelle vivo interesse e solicitude com que as nações civilisadas multiplicão os estabelecimentos de ensino e os entretem liberalmente com o aceio e decencia convenientes. (...) insisto para que se separem da residencia dos Professores as cazas das escolas, cujo alugueis devem correr por conta das rendas publicas, e não como presentemente, a cargo dos mesmos Professores cujos mesquinhos ordenados não podem supportar sem incoveniente e clamorosa injustiça este onus que não he ligeiro.²²

O diretor é enfático ao associar o espaço escolar a pocilgas, curral de porcos, pela falta de higiene apresentada em alguns ambientes. Além disso, o espaço é visto como impróprio por funcionar na residência do professor, o que poderia acarretar problemas para os alunos, já que um pequeno ambiente era destinado para as aulas e o restante da casa para a moradia do professor e de sua família. É importante ressaltarmos que a necessidade da construção de espaços próprios

²⁰ PINHEIRO & CURY, *Leis e regulamentos...*, p. 22.

²¹ PINHEIRO, *Da era das cadeiras isoladas...*, p. 74.

²² PARAHYBA do Norte. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de maio de 1854*. Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854 (grifos nossos).

vai ganhando força no Oitocentos não apenas por influência do higienismo. Conforme Faria Filho, a necessidade de um espaço próprio para a escola vem com a disputa do governo do *estado* contra o governo da *casa*, das discussões sobre os métodos de ensino que pediam espaços amplos para uma quantidade maior de alunos, com os materiais didáticos que vão surgindo no cotidiano escolar, com o desenvolvimento de saberes científicos, como a medicina, que passou a discutir o tema, como também, pela necessidade de uma maior fiscalização no tocante ao desenvolvimento do ensino²³.

Na medida em que o Estado nacional vai se consolidando, uma nova configuração vai se delineando, a esfera pública cada vez mais se institucionalizando, assumindo novos papéis e, conseqüentemente, desconstruindo a tenuidade entre o público e o privado, e apontando os limites existentes entre essas esferas no Brasil oitocentista²⁴. A prática das “casas escolares”, durante o século XIX, vai sendo discutida, seus problemas apontados e a edificação de espaços apropriados é constantemente reclamada.

No Relatório de 16 de abril de 1855, o mesmo diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, reintera a necessidade de espaços apropriados, pois “colocadas as escolas em edificios commodos, arejados, e mantidos com asseio” a ordem seria mantida. A circulação de ar era uma preocupação constante da ordem médica, que acreditava na transmissão de doenças pela ação do ar contaminado por miasmas, oriundos de matéria orgânica em decomposição. Na segunda metade do século XIX, as condições de salubridade da província e as epidemias que assolavam a população, traziam à tona discussões sobre a qualidade do ar, a importância da manutenção de janelas abertas para arejar o ambiente e para renovar o ar em circulação.

Ainda no Regulamento de 20 de janeiro de 1849, as normas de natureza médica continuam:

Art. 9º- Nenhum menino será admitido nas escolas sem que prove ter tido bexigas, ou sido vacinado.

*Art. 16º- Todas as manhãs depois da reza, o professor passa, ou manda passar pelos decuriões a revista de asseio, exige que os discípulos lavem todos os dias o rosto, e as mãos, e que tragam roupa limpa e decente. Quando alguns entrarem depois dos outros, o professor não se esqueça da revista.*²⁵

Na teoria, a vacinação passou ser um requisito para a admissão dos alunos, o professor também tinha que passar por algumas condições para estar apto ao

²³ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Instrução elementar no século XIX”. In: _____; LOPES, Eliane M. T. & VEIGA, C. G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 147.

²⁴ LIMEIRA, Aline de Moraes. “Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX”. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, n. 3, set./dez. 2011, p. 99-129.

²⁵ PINHEIRO & CURY, *Leis e regulamentos...*, p. 22-23.

exercício do magistério, como provar não padecer de moléstias contagiosas. A vacinação era objeto de discussão entre médicos no XIX, seus efeitos colaterais, sua eficácia, formas de aplicação e armazenagem, além do medo da população, explicam os índices baixos de vacinação alcançados ao longo desse período no Brasil²⁶. A higiene pessoal e o vestuário também faziam parte da revista, os alunos deveriam frequentar as aulas limpos e bem vestidos. A legislação faz menção a recompensas para os alunos com bom comportamento, e estas poderiam ser distribuídas em momentos como a missa dominical. Bilhetes de satisfação, fitas, listas de honra, passeios, eram algumas recompensas e sua distribuição tornava “a premiação em uma espécie de valorização pública de determinadas condutas”²⁷. Castigos como: ajoelhar, privar a recreação, expulsão, rótulos pendurados ao pescoço com referência a natureza do erro, também faziam parte do cotidiano instrucional.

Na Exposição feita pelo presidente da província Francisco Xavier Paes Barreto, em 16 de abril de 1855, no Relatório apresentado pelo vice-presidente da província Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de outubro de 1855, na Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa pelo presidente Antonio da Costa Pinto Silva, em 5 de agosto de 1856, no Relatório do vice presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1º de agosto de 1857, dentre tantos outros que se sucedem, a organização interna das “casas de educação” é tema constante. Em 1862, o diretor da instrução pública Diogo Velho Cavalcante d’Albuquerque, diz sobre as “casas de escolas”:

*Nenhuma cadeira da Provincia funciona em edificio proprio, casas particulares, alugadas, as da Capital pelo Thesouro Provincial, e as do interior pelos Professores, que recebem para este fim uma insufficiente retribuição, em regra 50\$ rs. annuaes, quase todas destituidas das commodidades precisas, e assim improprias para o fim a que devem prestar, são as das nossas escolas. Resaltão aos olhos os inconvenientes d’isto. Um edificio nas condições physicas e hygienicas exigidas pelas necessidades do ensino, constitui um dos primeiros elementos do seu desenvolvimento. O edificio da escola é para o ensino quase o mesmo que o templo para a religião. O recinto onde os obreiros da intelligencia preparão o futuro pedestal da sociedade, deve inspirar respeito e veneração muito approximados dos que experimentamos ao penetrar no santuario, onde os obreiros do coração ensinão a elevar o sentimento até Deos. Infelizmente não temos uma só escola convenientemente montada e accomodada.*²⁸

²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

²⁷ CURY, “Métodos de ensino...”, p. 47.

²⁸ PARAHYBA do Norte. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente Dr. Francisco d’Araujo Lima*. Parahyba: Typ. de J. R. da Costa, 1862 (grifos nossos).

Nesse ano, segundo o diretor, não existiam prédios próprios na província e as “casas de educação”, continuavam funcionando sem condições físicas e higiênicas. Tais acomodações são apresentadas sempre como insalubres e inadequadas. A discussão vai ganhando força ao ponto do diretor fazer uma comparação entre o edifício para a escola e o templo para a religião.

Nos anos seguintes, a reclamação é a mesma e os pedidos são pela construção de edificações específicas, com espaços adequados e condições higiênicas ou, pelo menos, que houvesse a separação entre a casa de moradia dos professores e a casa onde aconteciam as aulas. Oficialmente, a proibição ocorre dez anos depois, pela Lei nº 455, de 22 de junho de 1872, no seu artigo 3º: “os professores públicos não poderão lecionar nas casas de sua residência, sob pena de perderem a gratificação que recebem para aluguel de casa, além da responsabilidade pela desobediência”²⁹. Contudo, essa proibição estava restrita aos professores, visto que a legislação fala que o citado artigo não correspondia às professoras. Segundo pinheiro,

*[...] é muito provável que considerando as diferenças dos comportamentos sociais e culturais existentes entre homens e mulheres, ou melhor, entre professores e professoras, [...] bem como daqueles relacionados ao trabalho da mulher, que galgou a paços largos o espaço educacional, tenha gerado a elaboração da lei.*³⁰

Segundo o presidente da província, Francisco Teixeira de Sá, em Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial, em 5 de setembro de 1873, as escolas continuavam funcionando em casas alugadas mas, na capital, “construiu-se ha pouco um edificio para a primeira escola do bairro alto, com os commodos exigidos em estabelecimentos dessa ordem”³¹.

Mas, em 15 de junho de 1877, o jornal *A Opinião*, publicou uma carta vinda de Alagoa Grande, denunciando castigos aplicados pelo professor daquela localidade. Na correspondência, há também um tom de denúncia no tocante ao espaço da escola: “quanto ao professor d’aqui ainda continua dando aula na casa, em que mora com a família, conservando durante o dia as portas fechadas”³², o que demonstra que essa prática era mantida. É um período em que as leis, regulamentos e relatórios dos presidentes de província e dos diretores de instrução pública, fazem muita referência a necessidade de espaços adequados para a instrução dos alunos.

Em 1884, o Brasil participou da Exposição Internacional de Higiene e Educação, realizada em Londres, para tanto, o governo imperial solicitou aos presidentes de província que enviassem “elementos” para compor a presença da

²⁹ PINHEIRO & CURY, *Leis e regulamentos...*, p. 52.

³⁰ PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. “A ‘moral’ como princípio organizador da escola na Parahyba dos tempos imperiais (1864-1872)”. In: II Encontro de História do Império Brasileiro. *Anais eletrônicos*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, p. 232. CD-ROM.

³¹ PARAHYBA do Norte. *Fala dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo presidente Dr. Francisco Teixeira de Sá, em 5 de setembro de 1873*. Parahyba: Typ. Dos herdeiros de J. R. da Costa, 1873.

³² Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetis>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

nação. Para Schwarcz, “nada combinava melhor com esse monarca que se auto representava como ‘moderno, cosmopolita e cidadão’ do que o espetáculo das exposições universais”³³. Essas exposições eram feiras internacionais, onde as nações apresentavam-se com seus produtos, técnicas, invenções, “compactuando com um ideário evolucionista”³⁴. Nessa exposição de Londres, o tema era higiene e educação e a Diretoria da Instrução Pública da Parahyba, na figura do médico e professor Eugênio Toscano de Brito, traçou um panorama das condições de higiene na província. Para o diretor,

*[...] as nossas escolas publicas ainda resentem-se dos primeiros dias dos tempos coloniaes, com todos os seus defeitos e antigualhas; e os edificios em que ellas funcionam em quasi toda a Provincia são velhos pardieiros sem ventilação apropriada, sem meios hygienicos, e impossiveis para o mestre escola funcionar nos tempos invernosos.*³⁵

Edifícios velhos, em ruínas, pardieiros, esse é o início da situação relatada pelo diretor para justificar o não envio de “elementos” sobre higiene e educação para a referida exposição internacional, para ele, “infelizmente nesta Provincia nada, absolutamente nada ha que possa servir para dita exposição, á não ser para mostrar o nosso atraso em materia de ensino e educação”³⁶. O documento enfatiza a falta de asseio, utensílios, cômodos, “princiando por esta Capital as aulas publicas funcionam em casas mas, em pequenas salas onde se agglomeram 50, 80 e mais alumnos”³⁷. Eugênio Toscano de Brito ainda chama a atenção para os perigos enfrentados pelos alunos que tem que passar horas sentados em um ambiente pequeno, respirando um “ar viciado”, suportando altas temperaturas. Para ele, a situação piora, pois os professores não fazem melhorias nas habitações e canos de esgotos danificados inundam as salas e concorrem com as goteiras. Preocupações da ordem médica vão, dessa forma, penetrando o cotidiano escolar e a higiene é apresentada como condição indispensável para a sua organização.

Como podemos perceber, as preocupações vão ficando mais complexas, além da higiene do ambiente e de espaços amplos para acomodar os alunos, o diretor, que é formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, faz menção a temperatura da sala, a umidade das paredes no inverno, a preocupação com a coluna vertebral dos alunos que passam de cinco a seis horas sentados, a mobília, a arquitetura, a topografia, que são apontados por ele como requisitos que deveriam ser pensados

³³ SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador*. D Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 388.

³⁴ SCHWARCZ, *As barbas do imperador...*, p. 389.

³⁵ PARAHYBA do Norte. *Officio apresentado pelo presidente da Provincia da Parahyba do Norte, Ayres do Nascimento, em 31 de agosto de 1884*. Parahyba: Typ. dos herdeiros de J. R. da Costa, 1884.

³⁶ PARAHYBA do Norte. *Officio apresentado pelo presidente da Provincia da Parahyba do Norte, Ayres do Nascimento, em 31 de agosto de 1884*. Parahyba: Typ. Dos herdeiros de J. R. da Costa, 1884.

³⁷ PARAHYBA do Norte. *Officio apresentado pelo presidente da Provincia da Parahyba do Norte, Ayres do Nascimento, em 31 de agosto de 1884*. Parahyba: Typ. Dos herdeiros de J. R. da Costa, 1884.

para o bom desenvolvimento da instrução na província da Parahyba do Norte. Nessa direção, a norma médica vai remodelando a configuração escolar, que “tinha no horizonte a utopia de produzir uma sociedade escolarizada, regenerada e homogênea. Uma escola e uma sociedade higienizada”³⁸.

Nesse texto, identificamos alguns preceitos médico-higiênicos que contribuíram para a construção de um modelo de educação escolar, em meados do Oitocentos, na província da Parahyba do Norte. Limpar, fazer o ar circular, manter as janelas abertas, construir edificações amplas e higiênicas, varrer a sala, lavar o rosto e as mãos, fazer revistas de asseio nos alunos, ser vacinado e provar ter tido bexigas, são algumas das preocupações encontradas na documentação. Nesse contexto, a medicina, buscando autonomia, legitimação, institucionalização, foi ampliando o seu leque de atuação e elegeu a educação escolar como um dos seus pilares. Higienizar o espaço escolar, os hábitos dos alunos, era tarefa primordial para a construção de uma nação civilizada, instruída, ordeira e saudável.

As discussões em torno das orientações higienistas no processo de escolarização na Parahyba são importantes, visto que, uma estrutura começa a ser pensada e discutida nesse período, para nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, termos a edificação de prédios seguindo parâmetros médicos, como o prédio da Escola Normal da Paraíba, que seguiu essa tendência; temos também a criação, em 1912, da cadeira de Higiene nessa instituição e, a utilização de livros didáticos com preocupações higienistas³⁹. São práticas que foram sendo incorporadas ao cotidiano instrucional e que passaram a ser pensadas, discutidas e absorvidas, inicialmente no período imperial e, na República, passaram a fazer parte do universo escolar.



³⁸ GONDRA, José G. “Medicina, higiene e educação escolar”. In: FARIA FILHO; LOPES & VEIGA 500 anos de educação..., p. 544.

³⁹ BARRETO, “Higienismo e educação...”.

RESUMO

O artigo tem por objetivo identificar alguns preceitos médico-higienistas presentes na construção de um modelo escolar na instrução pública da província da Paraíba do Norte, entre os anos de 1849 a 1884. Partindo dos relatórios dos presidentes de província, dos diretores de instrução pública, jornais, leis e regulamentos, discutimos a presença de preocupações da ordem médica no processo de escolarização da província. Alguns desses preceitos são recorrentes na legislação como: a necessidade de prédios próprios para os alunos que recebiam aulas nas residências dos professores, a preocupação com o asseio e vestimentas, a vacinação, a higiene no espaço escolar, a ventilação das salas, dentre outros. São prescrições que foram sendo incorporadas ao cotidiano instrucional e que passaram a ser pensadas, discutidas e absorvidas inicialmente no século XIX e, no XX, passam a fazer parte do universo escolar.

Palavras Chave: Higiene; Educação; Paraíba do Norte.

ABSTRACT

The paper aims to identify some precepts medical hygienists present in the construction of a model school in public education in the province of North Parahyba, between the years 1849 to 1884. Based on the reports of provincial presidents, directors of public instruction, newspapers, laws and regulations, discussed the concerns of the presence of a medical school process in the province. Some of these precepts are recurrent in the legislation as: the need to own buildings for students who were taught in the homes of teachers, concern about the cleanliness and clothing, vaccination, hygiene at school, ventilation of rooms, among others. These practices were being incorporated into everyday instructional and who came to be thought of, discussed and absorbed initially in the nineteenth century and in the twentieth, become part of the school universe.

Keywords: Hygiene; Education; Northern Paraíba.

Artigo recebido em 02 set. 2012.
Aprovado em 17 nov. 2012.